



CONGRESSO NACIONAL

R E L A T Ó R I O

DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, criada através do Requerimento nº 03, de 1978-CN, para examinar os problemas relativos aos idosos.

RELATOR: Senador OTTO CYRILLO LEHMANN

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para examinar os problemas relativos aos idosos, e na qual tive a honra de funcionar como Relator, foi constituída por iniciativa do eminente Senador Nelson Carneiro.

Com a aprovação do requerimento nº 3, de 1978, aquele ilustre colega, mais uma vez dando prova de sua invulgar perseverança, incluiu no imenso rol de suas iniciativas nesta Casa, a constituição desta Comissão, cuja finalidade é de valor indiscutível.

Quero consignar também, minhas homenagens ao jovem e talentoso Deputado Miro Teixeira, que tão admiravelmente presidiu a Comissão, com a indispensável colaboração de seus membros, todos cômscios da grandeza da missão que desempenhavam.

Desejo reiterar as minhas considerações expedidas na 1ª Reunião da Comissão Mista de Inquérito sobre a problemática da velhice no Brasil.

Naquela oportunidade, manifestei minha grata satisfação por ter sido designado para exercer as funções de Relator nesta Comissão.

Na verdade, logo depois que assumi o mandato de Senador, no dia 24 de setembro de 1976, fiz um pronunciamento abordando os problemas da velhice e da situação do homem e da mulher que já ultrapassaram a idade madura.

Ressaltei o interesse que o Ministério da Previdência e Assistência Social vem dedicando ao assunto, inclusive na realização de conferências e simpósios, e destaquei a importância de uma das mais relevantes leis previdenciárias do Governo do Presidente Geisel - a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui a Renda Mensal Vitalícia.

Lembrei a observação de Gilberto Freire, onde o sociólogo pernambucano considerava a predominância de jovens na população brasileira, não como motivo de garbo, mas na verdade, evidente sinal de subdesenvolvimento, e concluindo com encômios ao Governo atual, por considerar "o velho como um valor nacional vivo, e não como um objeto de caridade".

O problema é, cada vez mais, atual e palpante, em face do aumento da duração média da vida humana.

Ao analisar o problema em Plenário, realcei os relevantes serviços que o Serviço Social do Comércio vem prestando nesse setor.

Externei também a minha preocupação com o entrosamento do idoso com a comunidade, - ponto crucial da angústia que aflige a velhice.

Em reunião de 04 de maio do corrente ano, o

primeiro depoente, Dr. Mário Filizzola, teceu oportunas considerações sobre a matéria, entregando ao Presidente da Comissão, Deputado Miro Teixeira, alguns trabalhos de sua autoria.

Esclarecendo que os maiores de 65 anos de idade se enquadram na problemática da velhice e os de 35 a 64 anos na chamada problemática do envelhecimento, o Dr. Mário Filizzola enfatizou a necessidade de uma política diferenciada, fixando os interesses humanos e sociais dos gerontinos que estão envelhecendo e dos que são velhos. Vale dizer, gerontinos senescentes e idosos, abrangendo respectivamente 22 milhões e seis milhões, perfazendo, no Brasil, uma população de 28 milhões de pessoas, que se colocam no âmbito da gerontologia.

Na mesma reunião, a Comissão ouviu, com encantamento, a Sra. Rita de Cassia Revoredo de Paranaguá, Assistente Social do INAMPS.

Falando em nome do MOPI - Movimento Pro-Idosos, a depoente, externando seus agradecimentos, alegou que falava em nome da Sra. Suzanna Frank, Presidente do MOPI.

Relembrando fatos que remontam ao ano de 1971, quando, em São Paulo, se realizou o I Seminário sobre Reintegração de Grupos Marginalizados e Problemática da Velhice, sob o patrocínio da extinta Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, a Sra. Rita de Cássia Revoredo de Paranaguá, enfatizou esse memorável acontecimento que fez surgir o MOPI, notável organização de amparo à velhice.

Em reunião realizada em 11 de maio, foram

ouvidos a Sra. Liliam Jaccques, e o Dr. Marcelo Antônio Salgado que falaram sobre as atividades do Clube da Segunda Juventude, enfocando também a importância da colaboração do idoso cultural e economicamente capaz.

Fazendo uma síntese das atividades do clube que preside, os expositores encerraram sua participação, trazendo à Comissão um estudo sobre a Fundação Pró-Idoso.

Em Sessão realizada em 18 de maio, falou perante a Comissão a Sra. Mônica Regina Machado de Almeida, - colaboradora da Casa S. Luiz para a Velhice, na cidade do Rio de Janeiro.

Narrando numerosas experiências vividas com os idosos daquela instituição de caridade, a depoente salientou que, na "terapia ocupacional", está a base fundamental para ajustamento da velhice à inclemência do tempo.

Na mesma Sessão, falou em seguida o ilustre Ministro Wagner Estelita, que abordou fatos da Maior importância, notadamente sobre a posição do "velho inativo", - aposentado do serviço público ou da Previdência Social.

Por derradeiro, cabe ressaltar a validade dos trabalhos, onde haurimos preciosos ensinamentos, mercê de abalizados depoimentos e farta documentação carregada pelos expositores, cuja síntese fica anexada a este.

Síntese das medidas preconizadas nos trabalhos da CPI, destinada a analisar os problemas relativos aos idosos.

Com base nos depoimentos e na própria experiência dos Parlamentares que participaram desta Comissão, submeto ao Plenário as seguintes conclusões:

- 1 - Incentivos para as empresas que admitirem empregados maiores de 45 anos;
- 2 - sugestão para mudanças nos critérios da aposentadoria, de maneira que, na inatividade, não se perceba proventos inferiores aos da ativa;
- 3 - isenção de Imposto de Renda para aposentados e pensionistas;
- 4 - atualização anual dos proventos em bases idênticas às que teria direito se estivesse em atividade;
- 5 - enquadramento dos aposentados no plano Geral de Classificação dos servidores no nível de carreira em que se aposentou;
- 6 - estudos para uma legislação que evite discriminação, por motivo de idade;
- 7 - incentivo às entidades filantrópicas que se dedicam ao amparo do idoso;

- 8 - revisão da aposentadoria rural e da renda mensal vi  
talícia para que não sejam inferiores ao salário-mí-  
nimo;
- 9 - campanha permanente de esclarecimento da opinião pú  
blica, visando a integração plena do idoso no ambien  
te familiar.

Este, é o nosso Relatório.

Sala das Comissões, em 04. de dezembro de 1978.

Deputado MIRO TEIXEIRA , Presidente

Senador OTTO LEHMANN , Relator

Senador RUY SANTOS

Senador LOURIVAL BAPTISTA

Deputado ADHEMAR PEREIRA

Deputado WALTER DE CASTRO

Deputado THEOBALDO BARBOSA

Deputado LUIZ BRAZ

Deputado JOÃO GILBERTO

Senador CATTETE PINHEIRO

Senador ADALBERTO SENA

Senador RENATO FRANCO

Senador BENJAMIM FARAH